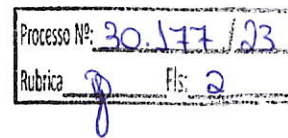


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**Identificador: **ac122e44-45e5-44eb-9726-de4873702aea**Protocolo: **Processo Requerimento Nº 030177/2023**Data: **08/11/2023 15:28:42**Origem: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIP DE
TERRAPLENAGEM LTDA ME**
*** contatos indisponíveis ***Contato: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIP DE
TERRAPLENAGEM LTDA ME**
*** contatos indisponíveis ***Protocolador: **ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA**Assunto: **RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS**Detalhamento: **RECURSO****HISTÓRICO DAS ATIVIDADES***por ordem das atividades mais recentes*[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 08/11/2023 15:29:02	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023.
Processo nº 8765/2023

MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, estabelecida na Rua do Recreio, s/n, Córrego Dantas, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.630-000, com endereço eletrônico: move_terra@yahoo.com.br, inscrita no CNPJ sob nº 02.704.858/0001-62, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Gunther Sinder Rodrigues, portador da cédula de identidade RG nº 22394587 – DIC/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 125.385.027-56, por sua advogada que esta subscreve, tempestivamente, vem, com o devido acato, a presença de Vossa Senhoria para apresentar as suas:

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

contra a decisão que declarou a empresa JX CONSTRUTORA LTDA, como Habilitada no certame perante a fase de análise dos documentos de habilitação, aduzindo para tanto o que se segue.

I – DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

EMÉRITO JULGADOR,

Permissa vênia, a r. decisão da Ilustríssima COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, que declarou como Habilitada a empresa JX CONSTRUTORA LTDA, ora recorrida, carece que seja revista e reformada, eis que prolatada em desarmonia com a legislação vigente, o Edital e o Termo de Referência em comento, estando a merecer reparos, senão vejamos:

II. DO CABIMENTO, DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO E DO EFEITO SUSPENSIVO

Tendo em vista a decisão administrativa proferida pela Comissão de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 183/2023, em razão da segunda fase, verificação dos documentos de habilitação, proferida em 26 de Outubro de 2023, e considerando que a lei estabelece o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, a interposição do presente Recurso Administrativo é tempestiva.

Precipualemente esclarece a Recorrente, que a interposição do presente Recurso Administrativo é o exercício do direito e da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, jamais havendo por parte desta empresa o interesse em tentativa de frustrar o procedimento licitatório, ao contrário, o objetivo sempre foi e será de que este ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade.

Atende a empresa Recorrente os pressupostos para admissão da inconformidade, uma vez que presentes os requisitos a que alude MARÇAL JUSTEN FILHO, quais sejam os subjetivos, estes consubstanciados no interesse recursal e na legitimidade e os requisitos objetivos, estes aportados na existência do ato administrativo de cunho decisório, tempestividade, forma escrita, fundamentação e o pedido de nova decisão. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 4ª ed. p. 501).

Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento.

A necessária atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso administrativo, ainda no que tange às questões procedimentais que envolvem o presente manejo, consoante destacado no preâmbulo deste recurso, desde já, com esteio no Art. 109, §2º, da Lei nº. 8.666/1993, pugna a recorrente pela aplicação do efeito suspensivo à presente peça de recurso, nos estreitos limites legais.

Requer, por conseguinte, seja seu recurso recebido, processado e concedido o efeito suspensivo, e em caso deste Julgador não reconsiderar sua decisão, que seja determinado o encaminhamento do recurso para apreciação do seu Superior Hierárquico, como determina a nossa legislação que regula as licitações públicas.

E não pode deixar passar também que, além da previsão contida art. 109, da Lei 8.666/93, é assegurado a todos os litigantes e em todos os processos administrativos o direito ao recurso, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, veja:

Art. 5º. (...) (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;" (Grifo nosso).

Com efeito, o licitante ou contratado que se sentir lesado por decisão administrativa pode se valer de recurso administrativo lato sensu, utilizando-se de meios de reexame interno em face de ato ou decisão administrativa que lhe tenha sido desfavorável, o qual será julgado pela autoridade hierarquicamente superior àquela prolatora de ato/decisão recorrido (a) pertencente ao mesmo órgão ou entidade.

Ademais, consoante o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos,

quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula nº 473, estabelecendo que:

Processo Nº: 30.177/23
Rubrica: 4

"Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

E nesse turno, vale lembrar também que a autoridade poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, uma vez que a r. decisão trará grave consequências à Recorrente.

Por isso, se faz necessário que seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, nos precisos termos do art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93.

O que enseja que a r. decisão está trazendo enormes prejuízos à ora Recorrente, e deverá ser concedida de imediato o efeito suspensivo ao recurso.

III. DAS RAZÕES PARA REFORMAR A R. DECISÃO

Diante da intenção apresentada seguem as razões, fundamentando todas as alegações feitas, que consubstanciam assim a Habilitação da Recorrida.

Ilustre Senhor julgador, data máxima vênia, a Recorrente passará a demonstrar que a r. decisão ocorreu em um grande equívoco em declarar a empresa JX CONSTRUTORA LTDA como Habilitada, haja vista, o não atendimento a todas às exigências previstas no Edital.

Assim, apresentaremos pontos que levam a fatores que possibilitam a devida Inabilitação da empresa JX CONSTRUTORA LTDA.

III.I. – DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA

Inicialmente, impede informar que a empresa JX CONSTRUTORA LTDA fora declarada vencedora dos Lotes 08, 12 13, e consequentemente habilitada, em razão da Comissão de Licitação ter entendido que a referida empresa cumprira todas as condições previstas no Edital.

Insta salientar, que o Edital em seu item 20.26, prevê que a empresa licitante, deveria apresentar no momento do cadastramento da proposta, Declaração formal do licitante, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo a Placa, marca, modelo e ano de fabricação dos referidos veículos/máquinas.

Ocorre que a empresa JX Construtora não apresentara a declaração contendo as informações dos veículos e máquinas de sua propriedade, e em razão disto, descumprira uma exigência editalícia.

Noutro ponto, importante ressaltar que conforme consta no Termo de Referência, item 4.1, a empresa que desejasse participar do certame deveria demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprovasse ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 2.2.

Continuando, o item 4.1.1, estipulava que a documentação necessária para comprovação da propriedade do veículo, seria a apresentação do CRLV ou nota fiscal dos veículos e máquinas, no entanto, a empresa JX Construtora deixara de apresentar tais documentos, violando assim uma norma editalícia.

Importante destacar que o Edital do certame não deixa dúvidas quanto à exigência da apresentação da Declaração de Disponibilidade dos Veículos, e da comprovação de ser proprietária de pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos veículos por meio da apresentação do CRLV, razão por que, não apresentados oportunamente, deveria ocasionar a Inabilitação da empresa JX Construtora.

Frisa-se que o Edital é lei interna que vincula não apenas as empresas licitantes, mas também a própria Administração, e que estabelece regras dirigidas à observância do princípio da igualdade, devendo ambas as partes observar suas disposições. A empresa licitante não logrou êxito na apresentação de todos os documentos exigidos e devidamente mencionados no Edital, razão pela qual deverá ser Inabilitada do Certame.

Nesse sentido, temos os seguintes julgados:

TJ-SP - Apelação/Remessa Necessária: APL XXXXX20218260246 SP XXXXX-19.2021.8.26.0246
Jurisprudência • Acórdão •

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA IMPETRANTE SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - DOCUMENTO EXIGIDO NO EDITAL - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - O edital do certame não deixa dúvidas quanto à exigência do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), razão por que, não apresentada oportunamente, ocasionou a desclassificação da impetrante - Inabilitação devidamente motivada e que respeitou as regras do edital - Princípio da vinculação ao ato convocatório - Ausente direito líquido e certo - Precedentes - Sentença reformada - Denegação da segurança - Recursos de apelação e reexame necessário providos.

TJ-MG - Apelação Cível: AC XXXXX40006955001 MG
Jurisprudência • Acórdão •

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Não cumprindo a impetrante os requisitos previamente contidos no edital de licitação para fins de habilitação, deixando de apresentar documento nele expressamente exigido no edital no momento próprio, não há que se falar em ilegalidade do ato que a desclassificou do processo licitatório. Não

provido.

TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL: AC XXXXX20174014300

Jurisprudência • Acórdão •

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL. CAPACIDADE TÉCNICA. CONDUTA OMISSIVA. APLICAÇÃO DE PENALIDADE ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. 1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520 /2002, a não apresentação de documento, por parte do licitante vencedor do certame, para fins de se atestar sua capacidade técnica, sujeita o infrator à penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o caso, pelo prazo de até 05 (cinco) anos. 2. Hipótese em que o licitante juntou a documentação referente a somente um dos dois serviços especificados no edital, caracterizando a conduta omissiva prevista na Lei 10.520 /2002 e no Decreto 5.450 /2005. 3. Correta a aplicação da sanção prevista na legislação, pois caracterizada a conduta omissiva de deixar de entregar documentação exigida pelo edital, levando à desclassificação da autora e o cancelamento do pregão, causando prejuízos à Administração, que teve que iniciar novo processo licitatório. 4. Apelação a que se dá provimento. 5. Ônus sucumbenciais invertidos em desfavor da apelada, arbitrados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do CPC .

Processo Nº:	20.177 / 23
Rubrica	8
Fis:	5

TJ-MG - Agravo de Instrumento Cv: AI XXXXX30345660001 MG

Jurisprudência • Acórdão •

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA. DECLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DO FUMUS BONI IURIS. DECISÃO MANTIDA. - Para a concessão de liminar, em Mandado de Segurança, faz-se necessária a presença dos pressupostos previstos no inciso III do artigo 7º, da Lei federal nº 12.016 /09, quais sejam o periculum in mora e o fumus boni iuris, a serem demonstrados, de plano, pelo impetrante, sob pena de seu indeferimento e, por consequência, o desprovimento do recurso de agravo de instrumento que visava à nulidade de processo licitatório, sob a modalidade de pregão presencial. - É considerado o edital a lei do certame, estando a Administração Pública adstrita aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666 /93.

Destaca-se que o Princípio da Vinculação ao Edital é consolidado no Direito pátrio e expressa direitos que são firmados nas relações entre a Administração Pública e as empresas licitantes; logo, se o edital em questão previa a necessidade da apresentação dos Documentos estipulados nos itens 20.2 do Edital e 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência, deveria a empresa JX Construtora ser declarada INABILITADA.

IV. DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente JX CONSTRUTORA LTDA para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 31 de Outubro de 2023.

MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 02.704.858/0001-62

Fechar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

AO(À) SR(A). PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO/RJ

Pregão Eletrônico nº 183/2023.
Processo Licitatório nº 8.765/2023.

JX CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.488.242/0001-83, sediada na Estrada Pirai/Passa Três, nº 6.497, Vale Verde, Pirai/RJ, Cep: 27.175-000 -Telefone (21) 3553-1434, por intermédio de seu representante legal, abaixo assinado, vêm, mui respeitosamente, à elevada presença de V. Exa. Apresentar CONTRARRAZÕES DE RECURSO, com fulcro artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/02, em face do recurso apresentado pela empresa inabilitada, pelos fatos e fundamentos a seguir:

DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Durante o seu longo recurso, a empresa MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA pretende inabilitar a empresa JX CONSTRUTORA LTDA somente nos lotes 08 e 13, no qual somente nestes recorre.

O recurso é pautado inexistência de mera declaração conforme ao Edital e em suposta descumprimento do Termo de Referência, por não apresentar os documentos dos veículos no momento da proposta.

Por isso, se faz necessário a manifestação contrária ao requerimento de inabilitação em fase recursal da empresa JX CONSTRUTORA LTDA, já que não há fundamento para pretensão da Recorrente prosperar pelos seguintes argumentos:

a) Princípio da Vinculação do Edital que não se pode sobrepor ao Princípio da Proposta Mais Vantajosa

Em tese, o Princípio da Vinculação ao Edital conceitua que a Administração Pública deve estipular regras de regência do processo de contratação e no qual os licitantes e o próprio órgão se encontrarão submetidos. Bem como, que Administração Pública deverá assegurar o seu próprio cumprimento.

Este Princípio é derivado do princípio da impessoalidade ou isonomia, buscando-se criar paridade na competição entre os interessados no processo de contratação.

Por outro lado, temos o Princípio da Escolha da Proposta Mais Vantajosa, no qual pretende que a Administração Pública possa assumir o compromisso menos oneroso e, em contra ponto, a empresa contratada se obrigue a realizar a melhor e mais completa prestação.

Não se esconde que, em regra, o procedimento licitatório é um procedimento administrativo contido das formalidades do direito, mas não pode a empresa Recorrente ter um formalismo exacerbado que exclua todos os participantes do procedimento licitatório.

Diga-se, exclua todos os participantes do procedimento licitatório, já que nem a própria empresa Recorrente conseguiu cumprir as regras que aponta como motivo para inabilitar a empresa JX CONSTRUTORA LTDA, como poderemos ver abaixo.

Assim, tendo em vista que o objetivo do procedimento licitatório é o encontro da melhor proposta para Administração Pública, o formalismo do Edital deverá ser mínimo a ponto de alcançar este fim.

Inclusive, a melhor jurisprudência vem tratando o tema dessa forma:

"Mandado de Segurança. Urnas Eletrônicas. Licitação. Vinculação ao edital. O fato de o edital ser considerado lei da licitação não impede o juiz de interpretá-lo. Hipótese em que falta de preço unitário de componentes da urna não constitui vício insanável capaz de desclassificar a empresa vencedora, que apresentou proposta mais vantajosa para a administração. Segurança denegada." (TSE - MS 2808, Classe 14ª. Protocolo nº 75191999)

"...Efetivamente em se tratando de licitação por menor preço global, pelo regime de empreitada por preços unitários, há de tomar-se em conta os valores de cada item da empreitada unitária como um todo e não propriamente os sub-itens que nele formam. E, nesse tocante, bem o demonstra o quadro estampado às fls. 433/437, não se encontra estipulação de valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ao cotejo com a devida parametrização, não o modificando a eventualidade dos subitens apresentarem possíveis incompatibilidades, sujeitas às explicações por motivos vários. Se assim não fosse, aliás, de igual eiva viciosa também poderia estar a padecer a proposta da própria impetrante/recorrida, em diversos daqueles itens apontando valores ainda menores que os ofertados pela proposta vencedora." (TRF4 - MS 2007.04.00.000654-9)

b) Do procedimento contemplado no Edital que não previu "exame de conformidade"

No item 4.1 do Termo de Referência foi estipulado o procedimento de apresentação de declaração para realização de "exame de conformidade", onde verificaria que a empresa Licitante teria os veículos e máquinas e que estes atenderiam o quantitativo mínimo especificado no item 2.2 do Termo de Referência.

Para tanto, o item 4.1. do Termo de Referência estipulou que deveria ser apresentado junto à proposta a comprovação de possuir pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos veículos e máquinas, apresentando neste momento os documentos CRLV ou Nota Fiscal.

Esse procedimento trazido no Termo de Referência é nada mais e nada menos uma forma da Administração Pública comprovar a aderência da proposta com as especificações pré-definidas.

Até mesmo por entender que é necessário para o Órgão Licitante comprovar que a empresa licitante possuiria os veículos e máquinas necessários para consecução do possível contrato.

Entretanto, o procedimento de "exame de conformidade" não foi aderido pelo Edital, deixando de prever que no momento da análise da Proposta seriam realizado tal procedimento.

Não havendo estipulação no Edital, não cabe o julgador aplicar o procedimento no presente certame.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União vem orientando:

"A jurisprudência consolidada do TCU é no sentido de que a exigência de apresentação de amostras é admitida apenas na fase de classificação das propostas, somente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e desde que de forma previamente disciplinada e detalhada no instrumento convocatório" (Acórdão nº 3269/2012-Plenário, TC-035.358/2012-2, rel. Min. Raimundo Carreiro, 28.11.2012.)

c) Do erro contido no item 4.1 do Termo de Referência

O item 4.1. do Termo de Referência restou assim estipulado:

"4.1 A empresa que desejar participar do certame deverá demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprove ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 2.2."

Como pode ser visto, o item 4.1. do Termo de Referência cria um link com o item 2.2 do Termo de Referência, onde por sua vez traz a seguinte redação:

"2.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:"

Juntamente com o item 2.2 do Termo de Referência há um quadro onde resta especificado o Lote, o Item, o CATSER, a Especificação, a Unidade/Hora e o quantitativo de horas totais.

Logo, se levado a interpretação literal do item, caberia a empresa demonstrar possuir os equipamentos ou veículos contidos na metade dos lotes ou possuir os equipamentos necessários para execução em horas da locação.

Na verdade, houve um equívoco do órgão licitante em estipular que seriam os quantitativos contidos no item 2.2, o que queria era estipular dos quantitativos contidos no item 2.3 do Termo de Referência.

d) Da falta de razoabilidade do quantitativo do item 2.3 do Termo de Referência

O Órgão Licitante estipulou que para execução dos lotes contidos no item 2.2 do Termo de Referência poderia ser solicitado a quantidade contida no item 2.3.

Apesar disso, o Órgão Licitante não apresentou nenhuma memória de cálculo no qual encontraria o resultado da necessidade dos veículos e máquinas contidos no item 2.3.

Tendo por exemplo o Lote 1 do item 2.3, que especificou a quantidade necessária de 10 veículos, esses veículos executariam 6 horas e 30 minutos por dia, independente de horas produtivas ou improdutivas.

No caso do Lote 2, que especificou a quantidade necessária de 04 veículos, esses veículos executariam 5 horas e 40 minutos por dia, independente de horas produtivas ou improdutivas.

Esses cálculos realizados como exemplo só destoam que a falta de razoabilidade aplicada na especificação da quantidade de equipamentos no item 2.3.

e) Da vedação a comprovar propriedade dos veículos e máquinas

A Lei Federal nº 8666/93, em seu artigo 30, § 6º estabelece que:

"Art. 30, § 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia".

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União assim já decidiu:

"As exigências constantes no item 5.1.1.3, v são desarrazoadas e ilegais, pois o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/93 estabelece que apenas as exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedando exigências de propriedade e de locação prévia apenas para participar da licitação, o que restringe sobremaneira a competitividade do certame licitatório. A comprovação exigida nos subitens v.a e v.b, abaixo

transcritos, poderia ser feita quando da assinatura do contrato, uma vez não ser razoável cobrar que a licitante mantenha esse acervo estrutural, com todos os custos decorrentes, apenas para participar de licitações públicas." (Acórdão nº 365/2017 – Plenário).

Levando-se em consideração o julgado acima, a exigência do item 4.1 do Termo de Referência é totalmente ilegal, já que exige a comprovação de propriedade em nome da empresa Licitante.

Processo Nº: 30.577 / 23
Rubrica: Fls: 8

f) Das declarações apresentadas

A empresa Recorrente insiste que não foram apresentadas as declarações quanto a disponibilidade de bens móveis e imóveis necessários para prestação dos serviços.

Como se verifica das declarações apresentadas, a empresa Recorrente declarou que possui todos os equipamentos, veículos, materiais, e etc, necessários para prestação regular dos serviços.

A exigência de relacionar "placa, marca, modelo e ano de fabricação" de forma indireta infringe o normativo contido no art. 30, § 6º da Lei nº 8.666/93, uma vez que a empresa deveria ter que possuir de forma antecedente a licitação os veículos e máquinas para poder prestar essas informações.

Com relação a ilegalidade desta exigência, o Tribunal de Justiça do Ceará mantém a seguinte jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS À MUNICIPALIDADE. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO NA FASE DE HABILITAÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE (ART. 30, § 6º, DA LEI Nº 8.666/93). PRECEDENTES DESTA EG. CORTE. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. 01. A impetrante pretende a adequação do edital de licitação e anexos do Pregão Eletrônico nº. 2022.01.18.01 (fls. 41/92), cujo objeto consiste na prestação de serviços de locação veículos às Secretarias do Município de Salitre-CE, de modo que não seja exigido na fase de habilitação (qualificação técnica) a comprovação da propriedade de percentual de frota própria. 02. No caso dos autos, o pregão eletrônico regeu-se pela Lei nº 10.520/2002, com a aplicação subsidiária expressa no edital da Lei nº. 8.666/93 (opção permitida nos arts. 191 c/c art. 193, inc. II, da Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações), cujo art. 30, § 6º, prevê a necessidade de apenas ser apresentado documento com declaração formal de disponibilidade do atendimento às exigências mínimas ao cumprimento do objeto da licitação, a fim de garantir a observância ao princípio da competitividade, possibilitando a participação do maior número de licitantes. 03. Desta feita, a exigência de documento de propriedade dos veículos ainda na fase de habilitação ofende o princípio da competitividade, sendo lícito o afastamento da cláusula editalícia correspondente, de modo que a sentença de primeiro grau que concedeu a segurança requestada deve ser mantida. Precedentes desta eg. Corte. 04. Remessa necessária conhecida e desprovida. Sentença mantida, em consonância com o parecer ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que litigam as partes, acima nominadas, ACORDA, a TURMA JULGADORA DA TERCEIRA CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por UNANIMIDADE, em CONHECER DA REMESSA NECESSÁRIA E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora. Presidente do Órgão Julgador MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Desembargadora-Relatora

(TJ-CE - Remessa Necessária Cível: 02000584320228060054 Campos Sales, Relator: MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, Data de Julgamento: 30/01/2023, 3ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 30/01/2023)

g) Do não cumprimento das supostas exigências alegadas pela Recorrente

A empresa Recorrente alega que:

"[...] o item 4.1.1, estipulava que a documentação necessária para comprovação da propriedade do veículo, seria a apresentação do CRLV ou nota fiscal dos veículos e máquinas, no entanto, a empresa JX Construtora deixara de apresentar tais documentos, violando assim uma norma editalícia."

Por outro lado, a empresa Recorrente, "02.704.858/0001-62 - MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA", alega que apresentou a Declaração com relação dos bens (16 - RELAÇÃO DE FROTA_Pregão 183.2023.pdf) e os documentos que comprovação sua propriedade.

Realizando-se uma análise pormenorizada dos documentos de propriedade, a empresa Recorrente apresentou uma declaração supostamente falsa e não apresentou os documentos que comprovam a propriedade.

Isso se dá, por exemplo, as seguintes análises:

- a) RIZ9F03 – M.Benz – Atego 1719 – 2022: Não apresenta CRLV atualizado;
- b) PPV6F84 – SR – Rondonix CRT3E – 2016: Não é de propriedade da empresa Recorrente;
- c) FGG7D93 – VW – 24280 CRM6x2 – 2013: Não é de propriedade da empresa Recorrente;
- d) VOLVO – Patrol G710 – 2016: Não é de propriedade da empresa Recorrente;
- e) BOBCAT – MOD751 – 2018: Não é de propriedade da empresa Recorrente.

Seguindo o princípio do venire contra fatum proprium, não pode a empresa Recorrente esperar um comportamento diferente do que ser aplicado o mesmo rigor a ela do que pretende para as demais participantes do processo licitatório.

Dessa forma, acatando os argumentos trazidos pela empresa Recorrente, cabe a mesma ser também julgada inabilitada e juntamente com todos os demais participantes do processo licitatório.

DO PEDIDO

Processo Nº:	30.177/23
Rubrica	8
Fls:	9

Ante ao exposto requer que:

1. Seja o presente Contrarrazão seja recebida;
2. Seja mantida a decisão de habilitação da empresa JX CONSTRUTORA LTDA;
3. Subsidiariamente, caso acatado os argumentos da recorrente, seja julgado inabilitado todos os licitantes.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Piraí/RJ, 02 de novembro de 2023.

JX CONSTRUTORA LTDA

Fechar



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 30.177/23

RUBRICA: 8 FOLHA: 10

Comissão de Pregão II

Nova Friburgo, 28 de novembro de 2023

À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Assunto: Recurso Administrativo Pregão Eletrônico nº 231/2023.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das secretarias de infraestrutura e logística, obras e serviços públicos, bem como as subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTES:

1. EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA
2. MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
3. DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Tratam-se de **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos pelas empresas, **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA; MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA; DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, por meio de seus representantes legais, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de



Comissão de Pregão II

ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 183/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados aos Processos de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 161/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 18 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 8.765/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00183/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel

Comissão de Pregão II

de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Após o Julgamento das Propostas e Habilitação sagraram-se vencedoras do certame as empresas:

GRUPO 01	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 02	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 03	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 04	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 05	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 06	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 07	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 08	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 09	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 10	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE



Comissão de Pregão II

	TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 11	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 12	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 13	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 14	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 15	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Às 14:48 do dia 26/10/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 183/2023;

Foram registradas dezessete intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa: **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 08, 09, 11 e 13 em 31/10/2023;



Comissão de Pregão II

A empresa: **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 02, 07 e 09 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 02, 09 e 11 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **JX CONSTRUTORA LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 04, 08 e 13 recursos em 06/11/2023;

III. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

Alega, em síntese, a recorrente **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, contra a decisão que a INABILITOU, que:

A recorrente sucintamente alega que, *está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro; alega que está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 1; alega que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o*



Comissão de Pregão II

requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4. ; alega que quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como "DECLARAÇÕES.pdf".

Requer a recorrente: *"Diante de todo o exposto, requer SEJA DEFERIDO O RECURSO ADMINISTRATIVO ora apresentado, que a Comissão HABILITE a empresa licitante EFATA COMERCIO & SERVICOS EIRELI, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, em razão da sua inabilitação, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação".*

Alega, em síntese, a recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, contra a decisão que declarou HABILITADA a empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, que:

A recorrente sucintamente alega que, o *Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa recorrida está com a validade expirada no ano de 2019; alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas; alega que a frota apresentada pela empresa possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR;*

Requer a recorrente: *"que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente Construtora Lytoranea S.A - Em Recuperação Judicial, Inabilitada para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a*



Comissão de Pregão II

Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições."

Alega, em síntese, a recorrente **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, contra a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **CONSTRUTORA LYTORANEIA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR; alega que a recorrida não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;***

Requer a recorrente: ***"...provimento ao recurso ora ofertado, para desclassificar a Construtora Lytorânea S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.792.269/0001-05, por deixar de atender os itens "4.1" e "6.1" do Termo de Referência para Serviços."***

Alega, em síntese, a recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, contra a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **JX CONSTRUTORA LTDA**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;***

Requer a recorrente: ***"seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente JX CONSTRUTORA LTDA para prosseguir no pleito, em***

Comissão de Pregão II

consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições..”

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

As contrarrazões estão dispostas nos respectivos Processos administrativos de recurso.

V. DA ANÁLISE DO MÉRITO

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que *“está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro;*

O Edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 em traz que:

[...]

10.7 - No momento de inserção da proposta, **a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações (grifei)**

10.8 - **Declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.(grifei)**

10.12 - **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento**

Comissão de Pregão II

como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital. (grifei)

Ocorre que em análise a habilitação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, verificamos que a mesma registrou no sistema a situação de Empresa de Pequeno Porte - EPP, deixando, no entanto, de assinalar no documento referente a Declaração Unificada – Anexo IV, tal condição, conforme arquivo, em anexo ao sistema, denominado “DECLARAÇÕES.pdf” e aos autos do processo licitatório,

O direito de pleitear os benefícios dados pela Lei 123/2006, foi analisado na ocasião do certame, considerando um eventual equívoco por parte da empresa recorrente ao registrar o campo no sistema, uma vez que no documento declaratório (ANEXO IV) a recorrente não consignou tal condição. Foi realizada ainda a análise do balanço financeiro enviado pela empresa onde verificamos uma Receita Bruta Declarada no ano calendário de 2002 no montante de R\$ R\$ 14.024.837,40 (quatorze milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), muito superior ao limite legal previsto de R\$ 4.800.00,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), corroborando para a hipótese de eventual erro material.

Quando do julgamento da habilitação, foi verificado, por este pregoeiro, se a mesma não incorreu em nenhum benefício de forma automática pelo sistema, fato que não ocorreu, presumindo-se que a empresa não haveria agido de má fé /dolo ao registrar no sistema que ostentava tal condição de EPP.

Desta forma, em atendimento ao princípio da vinculação ao edital, não foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no Art. 43, §1º da LC 123/2006, para que a empresa regularizasse o referido documento.

Importante destacar que em atendimento ao edital e ao Decreto Federal 10.024/2019, este pregoeiro promoveu diligência junto ao SICAF e ao site oficial emissor de certidão, não logrando êxito em obter a referida certidão.

Comissão de Pregão II

No entanto, conforme teor da peça recursal encaminhada pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA verifica-se que a empresa invocou os benefícios da Lei da ME/EPP, afirmando sua condição de EPP, mesmo sem ostentar tal condição conforme comprovam os documentos juntados ao sistema.

Tal conduta da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao convocar os benefícios do Art; 43, §1º da LC 123/2006, em sede recursal, mesmo sem ostentar os direitos por ter ultrapassado o limite legal previsto no ano-calendário de receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), se enquadra, s.m.j., como "declaração falsa", prevista no item 10.12 do edital, sendo considerado comportamento inidôneo nos termos dos subitens 24.1.1 e 24.2 do instrumento convocatório, sendo passível da aplicação da penalidade prevista, qual seja, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme subitem 24.3.4 do edital.

Pelos motivos acima expostos entendo não proceder as alegações da recorrente quanto a este ponto.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que ***está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 1;***

Comissão de Pregão II

Consigna o edital que:

*19.5.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, **a critério da autoridade competente**, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.*

Em análise aos índices calculados, apresentado pela recorrente, verificamos que a mesma apresentou Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC) igual a 0,2294, não atendendo ao subitem 19.5 do edital quanto a este ponto

Esclareço que o fato de haver previsão no edital quanto à possibilidade prevista no subitem 19.5.1 do edital, não gera direito subjetivo do licitante a tal comprovação. Dada a sensibilidade e vulto do serviço ora pretendido entendeu a Autoridade Competente, responsável pela gestão e abertura do processo licitatório, pela aceitação da qualificação econômico-financeira exigida no item 19.2, apenas através da comprovação da situação financeira baseada na análise dos índices de , Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), tendo o julgamento, quanto a este ponto, realizado de forma isonômica para todas as licitantes, não assistindo, razão a recorrente.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4.

O Parágrafo 6 do Artigo 30 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assim dispõe:



Comissão de Pregão II

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

*§ 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a **apresentação de relação explícita e da declaração formal** da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.(grifei)*

Sobre o mesmo tema, o edital do pregão eletrônico 183/2023 traz a seguinte redação:

20.2- Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

Placa, marca, modelo e ano de fabricação;

No caso em tela o edital é claro quando a apresentação de declaração formal com a relação explícita de disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, inclusive com as informações referentes à placa, marca, modelo e ano de fabricação. Em declaração apresentada pela recorrente não foi identificado o veículo CARRETA PARA TRANSPORTE PESADO, CAPACIDADE PARA CARGA UTIL DE 30T, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, destinados ao atendimento do grupo 04.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que, quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina